

Novo paradigma da comunicação para licenciamentos ambientais

Doutorado da ECA/USP aponta como a comunicação pode melhorar a relação entre Estado, empreiteiros e sociedade

Por Aline Romero

Fotos: Freemages



Obras que causam grande impacto podem ocasionar protestos e manifestações na comunidade no entorno

Em obras de grande magnitude e impacto é comum vermos manifestações contrárias de grupos organizados ou da própria comunidade lindeira. Na maioria das vezes isso causa transtornos, atrasos e até compromete o progresso de determinado local. Uma tese, apresentada este ano na ECA/USP (Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo), apresenta possibilidades para conciliar os interesses do governo, dos empreiteiros e da sociedade.

A tese foi desenvolvida durante quatro anos e tem como objetivo analisar os programas e planos de comunicação previstos nos EIA/RIMA (Estudos de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental) ao longo dos 25 anos de Licenciamento Ambiental no Estado de São Paulo (entre 1987 e 2011), seus avanços ou retrocessos. Para isso, foram analisados 37 estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente, sendo um deles o primeiro projeto de licenciamento ambiental em 1987 realizado pela Petrobras para a implantação de um duto para a Refinaria do Vale do Paraíba.

Defendida em março, a tese apresenta uma pesquisa inédita sobre a comunicação desenvolvida nos processos de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo. O trabalho também foi apresentado em abril no 2º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana – CONFIBERCOM (Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação), em Braga, Portugal, e tida como um diferencial sob o ponto de vista de gestão democrática na implantação de empreendimentos de grandes impactos socioambientais.

Segundo o professor e autor da tese, Backer Ribeiro Fernandes, o tema surgiu naturalmente, durante seu trabalho com licenciamento ambiental em 2000, em que atuou na implantação de uma Usina Termelétrica em Americana (SP). Dentro das análises de impacto ambiental, Fernandes destacou a comunicação. “Uma das questões fundamentais é o debate com a sociedade. É importante que haja um planejamento de comunicação e relacionamento que atende as demandas da população para que o empreendimento possa se viabilizar de forma que atenda as questões socioambientais”, acredita.

Os resultados da tese revelaram deficiências nos processos de comunicação. “Em geral, os planos não deram conta do tamanho dos empreendimentos, bem como do alcance de seus impactos”, afirma. “Apesar de constar como parte do processo de licenciamento ambiental, a comunicação assumiu um caráter meramente informativo e de divulgação de mensagens do interesse dos empreendedores, provavelmente atendendo as determinações legais de informar e tornar públicas as informações”, completa.

Fernandes destaca que a comunicação tem como objetivo a promoção de um diálogo aberto como forma de se obter contribuições importantes para a elaboração de estudos de impacto ambiental, e também garantir a participação e apoio da sociedade e das comunidades, na obtenção das licenças. “Deve contribuir, não só para a divulgação das atividades em suas diferentes etapas do licenciamento, mas tornar o processo interativo, participativo, garantindo a democratização das informações, possibilitando o envolvimento e a participação de todos os públicos



A tese do professor Backer Ribeiro Fernandes aponta que um plano de comunicação bem estruturado pode ser a chave para conciliar interesses de empreiteiros, construtoras e comunidade

interessados”, defende. O consenso, dessa forma, é o resultado principal da comunicação nos processos de licenciamento ambiental, ou seja, só pela comunicação organizada e planejada é possível promover os debates necessários para tornar os processos participativos e estabelecer mecanismos que permitam uma avaliação por parte dos públicos envolvidos. “Será preciso implementar um modelo dialógico, em que os interlocutores são emissores e receptores durante uma interação, e assim, promover um engajamento maior com todos os públicos envolvidos, dividir responsabilidades na implantação de empreendimentos sustentáveis, e promover benefícios sociais, ambientais e econômicos com o menor impacto ambiental possível”, diz.

RESULTADOS

Nas primeiras análises do professor, foi possível perceber que a comunicação está orientada para ser mais um instrumento de mitigação dos impactos ambientais. “As ações de comunicação atendem a necessidade de monitorar e gerenciar os riscos com a implantação dos empreendimentos nas comunidades lindeiras ou próximas às obras, o que é um equívoco, pois os impactos chegam a outros públicos não só a comunidade do entorno”, afirma o autor do estudo, Backer Ribeiro Fernandes. Segundo ele, não há como pensar a comunicação voltada para atender as questões emergenciais, sociais e ambientais, para mitigar ou compensar determinado impacto. “A comunicação não é um subprograma ambiental, há um erro disciplinar nessa questão, pois a comunicação atende às questões políticas, de debate, discussão, troca de conhecimento, para que seja possível promover uma melhora na qualidade do empreendimento e do meio ambiente”, explica.

Dentre as funções da comunicação, é possível destacar como ponto positivo o fato de alguns planejamentos nortearem seus objetivos para a educação, participação, interação, integração e conscientização. “Entretanto, as funções não se comprovaram no conteúdo dos planejamentos, que atendiam a objetivos voltados para a divulgação dos empreendimentos e seus impactos, disponibilização de informação, esclarecimento de eventuais dúvidas e atendimento às demandas da



O estudo apresenta uma pesquisa inédita sobre a comunicação desenvolvida nos processos de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo

população em função dos impactos na implantação dos empreendimentos”, conta Fernandes.

Na identificação e definição dos públicos de interesse, verificou-se que cada empreendimento direcionou suas ações de comunicação de acordo com as características do projeto, sua localização geográfica e o alcance dos impactos ambientais e sociais. De acordo com Fernandes, ficou igualmente evidente que alguns públicos apontados por diferentes empreendedores atenderam às questões políticas e técnicas e não se prestigiou os públicos formadores de opinião, ou estratégias que pudessem produzir um discurso sustentável sobre o empreendimento, o que garantiria a todos um benefício social e ambiental.

COMUNICAÇÃO ATUAL

De acordo com o autor da tese, Baker Ribeiro Fernandes, para que a comunicação possa contribuir com o processo de licenciamento, será preciso participar do processo, ser parte da estratégia. “O plano de comunicação não pode ser um instrumento funcionalista, com objetivos voltados para contribuir com a mitigação e compensação dos impactos ambientais, precisa permear o processo como um todo”, defende.

Para ele, a comunicação não pode ficar atrelada aos programas ambientais, mas deve ser um processo que possibilite aos empreendedores engajarem todos os seus públicos estratégicos, em todas as fases do licenciamento, desde o planejamento até a operação, com atividades distintas em cada fase. “Acredito que os planos de comunicação possam se consti-

tuir como um paradigma para uma mudança significativa no processo de licenciamento ambiental em São Paulo. Que os objetivos maiores possam buscar interação com todos os públicos envolvidos, garantir maior participação, promover um engajamento mais significativo, contribuir para empreendimentos sustentáveis no futuro”, diz.

A comunicação pode garantir que a sociedade em conjunto possa ter suas aspirações e interesses contemplados e que realmente haja uma participação efetiva no processo de decisão. Segundo o professor, o que contribui para a qualidade do próprio empreendimento. “Por meio de diferentes canais de comunicação, pode-se garantir ao processo de licenciamento ambiental a participação da sociedade em todo o seu desenvolvimento. E com estratégias bem definidas, pode-se ouvir as pessoas em diferentes momentos, e não somente nas audiências públicas que cumprem o rito do processo para registro legal, mas também pode atribuir a um único momento que ele seja a oportunidade de manifestação de um grupo. O objetivo da comunicação é contribuir para que os empreendimentos a serem licenciados estejam verdadeiramente inseridos no contexto do desenvolvimento sustentável de um novo paradigma”, conclui.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Diante de todo este contexto, o professor propõe um plano de comunicação ancorado em três etapas: 1 – diagnóstico sobre o empreendimento e o contexto que o cerca; 2 – o planejamento das estratégias e ações; 3 – gestão estratégica da comunicação



A comunicação tem como objetivo a promoção de um diálogo aberto como forma de se obter contribuições importantes para a elaboração de estudos de impacto ambiental

implementação e controle. “A comunicação deve iniciar na elaboração do EIA/RIMA, apontando as estratégias de comunicação a serem seguidas em todo o processo e dialogando com a sociedade para a elaboração das medidas mitigadoras e compensatórias juntamente com suas lideranças. Deve ainda transformar as audiências públicas em fóruns democráticos de participação social, por meio das novas tecnologias de comunicação que permitam que todos os interessados participem, independentemente de horário, local e acesso, garantindo a verdadeira participação no debate das ideias”, afirma Fernandes.

Orientador da tese, o professor Wilson Bueno afirma que o trabalho apresenta uma contribuição efetiva na medida em que explicita os equívocos e desvios relativos às propostas de comunicação e propõe posturas e práticas compatíveis com uma nova realidade, comprometida com o conceito abrangente de sustentabilidade. “Após exaustiva e minuciosa análise das propostas e das práticas de comunicação associadas a grandes projetos ambientais, constatou-se uma perspectiva bastante restrita de comunicação, que não privilegia a interação, o diálogo entre as partes envolvidas nos processos de licenciamento ambiental, o que penaliza os cidadãos, públicos e comunidades afetadas. Propõe uma mudança significativa na maneira pela qual as empresas, e mesmo os órgãos de fiscalização, contemplam o diálogo, buscando afirmar o compromisso com a sustentabilidade e a cidadania”, afirma.

Fernandes acredita que somente pelo processo comunicativo e por ações estratégicas de relações públicas será possível promover

maior interação, participação e engajamento da sociedade. “Por meio da disponibilização de informações claras e oficiais é possível instalar um debate entre todos os interessados, obtendo como resultado informações e respostas que podem colaborar e contribuir com o desenvolvimento de um empreendimento sustentável. A comunicação é um ganho para o empreendimento na obtenção de informações que podem ser utilizadas em todas as etapas do processo. É uma consultoria que se obtém de graça”, comenta.

Bueno concorda: “Acredito que a divulgação ampla dos resultados obtidos com esse importante trabalho e a conscientização dos empresários e autoridades sobre a necessidade de rever conceitos e posturas poderão reverter este cenário desfavorável, contribuindo para atenuar ou eliminar problemas recorrentes de comunicação no processo de licenciamento ambiental. O autor, de maneira crítica mas também com uma perspectiva pedagógica, traça diretrizes que podem provocar essa mudança. É fundamental estar atento às indicações presentes na tese e dispor de vontade política para realmente aplicá-las, qualificando a comunicação nos processos de licenciamento ambiental”, finaliza o orientador.

Os objetivos do agora doutor em comunicação são extrapolar os muros da universidade e levar esses conceitos para a prática. Um de seus primeiros passos é fazer parte do SustenCOM – Observatório de Comunicação, Responsabilidade Social e Sustentabilidade, que tem como objetivo criar mecanismos que possam propor ações comunicativas capazes de contribuir para novas intervenções sociais. ^{EC}